

Elaboração do panorama do mercado segurador brasileiro em relação à regulamentação internacional de solvência

Edson Roberto Macohon (Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO) emacohon@yahoo.com
Jonas Fernando Petry (Universidade Regional de Blumenau - FURB) jonaspetry@brturbo.com.br
Francisco Carlos Fernandes (Universidade Regional de Blumenau - FURB) franciscofernandes@furb.br

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi analisar o panorama do mercado segurador brasileiro em relação à regulamentação internacional de solvência. Este estudo se caracteriza quanto aos objetivos como pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos é documental. A população são as 180 seguradoras brasileiras credenciadas na Susep que publicam suas demonstrações financeiras. A análise dos dados é qualitativa, a qual se dá por meio da análise de conteúdo dos textos selecionados das notas explicativas e seu enquadramento nas 13 perspectivas de Taylor (2012). A pesquisa constatou que embora haja uma crescente conscientização das partes interessadas na governança e gestão de risco das seguradoras brasileiras, ainda é necessário ser melhorada. As informações de avaliação do risco e solvência foram evidenciadas de forma bastante limitada às exigências da SUSEP. Poucas empresas detalharam o perfil de risco específico, os limites de tolerância de risco, bem como explicações acerca das provisões técnicas. Ademais, nenhuma seguradora pesquisada demonstrou dificuldades quanto aos limites de capital mínimo requerido pelo *Solvency II*.

Palavras chave: Seguradoras, Gestão de risco, *Solvency II*.

Elaboration of the panorama of the Brazilian insurance market in relation to international solvency regulation

Abstract

The research objective was to analyze the outlook of the Brazilian insurance market in relation to international solvency regulation. This study is characterized as the goals as descriptive as to the procedures is documentary. The population are 180 accredited brazilian insurers in Susep that publish their financial statements. Data analysis is qualitative, which is through the content analysis of the selected explanatory notes and their place within the 13 prospects Taylor (2012) texts. The survey found that although there is a growing awareness of stakeholders in governance and risk management of the Brazilian insurance, you still need to be improved. The information risk assessment and solvency were shown quite so limited to SUSEP requirements. Few companies have detailed the specific risk profile, the limits of tolerance for risk as well as explanations of technical provisions. Furthermore, no insurer surveyed demonstrated difficulties as to the limits of the minimum capital required by *Solvency II*.

Keywords: Insurance, Risk management, *Solvency II*.

1 INTRODUÇÃO

Os eventos no setor financeiro da economia mundial nos últimos anos têm mostrado que a crise financeira é em grande parte provocada por leis que não estão em conformidade com os princípios básicos de riscos. Por isso, é importante que os responsáveis compreendam a natureza dos riscos que a sociedade está suscetível, a qual é definida por processos e controles internos (VAVROVA, 2012).

As pessoas, empresas e entidades em geral estão expostas a vários riscos que potencialmente podem levar a indesejáveis consequências financeiras. No entanto, nos últimos anos tem havido um aumento da atenção da indústria de seguros para avaliação de

mercado dos passivos de seguros e quantificação de riscos de seguros. Para tanto, fatos importantes deste desenvolvimento é a introdução das IFRS e *Solvency* (PLAT, 2011).

O estudo de Badea e Novac (2001) concebe que a gestão de risco tem sido considerada um processo que é aplicado diariamente por todos, seja pessoa física ou jurídica, por vezes, mesmo sem perceber.

A nova regulamentação europeia, o *Solvency II*, inexoravelmente aumenta a necessidade de uma gestão eficaz dos riscos operacionais e no desenvolvimento e implementação de metodologias estruturadas de análise. É também revista a técnica clássica do valor, modelagem em Risco (VaR), e outras metodologias para a análise e quantificação do risco operacional para as seguradoras (TORRE-ENCISO; BARROS, 2012).

As companhias de seguros enfrentam diariamente inúmeros riscos decorrentes da própria indústria de seguros, bem como os riscos decorrentes de operações de seguros da empresa, como colocação de fundos disponíveis, as obrigações sob os prêmios de seguros e a harmonização de recursos (ILIC; AVDALOVIC; OBADOVIC, 2011). Para Torre-Enciso e Barros (2012) a complexidade destas empresas vem da natureza de suas operações, que é aceitar os riscos assumidos por outras entidades ou indivíduos.

No entanto, segundo Badea e Novac (2011), a gestão eficiente de risco não é implementada por todas as seguradoras por que os custos reais de implementação de uma política de gestão rigorosa de risco são considerados muito elevados para orçamentos limitados (especialmente no caso de pequenas empresas de seguros ou médias). Mesmo que os benefícios a longo prazo são óbvios para todos, a primeira fase de implementação é considerada onerosa demais para suportar (BADEA; NOVAC, 2001).

A regulação brasileira das diretrizes da *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS) tem semelhanças com o *Solvency II* em função da forte presença dos europeus na IAIS (NEVES, 2010). A tendência é que o mercado brasileiro acompanhe o movimento europeu e adote paralelamente as novas regulamentações (MARTINS, 2009).

Assim, o exposto incumbe a seguinte argumentação de pesquisa: *Qual o panorama do mercado segurador brasileiro em relação à regulamentação internacional de solvência?* O objetivo proposto é analisar o panorama do mercado segurador brasileiro em relação à regulamentação internacional de solvência.

O capital base do mercado de seguros do Brasil é assim dividido: Sociedade Seguradoras: R\$ 15 milhões; EAPC com fins lucrativos: R\$ 7,2 milhões; Sociedades de capitalização: R\$ 10,8 milhões, variável por região; e, Resseguradores Locais: R\$ 60 milhões (NEVES, 2010).

Wolfert (2011) apresenta um panorama sobre os desafios que as grandes seguradoras do Reino Unido terão para se adaptarem ao novo regulamento *Solvency II*, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2013. Alguns profissionais da indústria estimam o custo para as companhias se adequarem às novas regras deverá superar 200 milhões de libras, com até 65% dos gastos sendo direcionados para novas tecnologias.

Assim, é necessária uma análise de custo-benefício adequada que promova a redução dos prêmios de seguros e o incremento dos lucros através do aumento do número de segurados, bem como a ampliação do número de empregados sem colocar a empresa em risco (ILIC; AVDALOVIC; OBADOVIC, 2011).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GESTÃO DE RISCOS EM SEGURADORAS

Badea e Novac (2001) descrevem que somente nos últimos anos as seguradoras que, paradoxalmente, são aquelas que comprometem os riscos de outras pessoas e, ao mesmo tempo, aconselham seus clientes na adoção de políticas de gestão adequadas de risco, têm admitido ter problemas com o próprio risco. Uma definição de gestão eficiente do risco tem que abranger tudo, desde a análise precisa e complexa de riscos quantificáveis para a definição da seleção, classificação e contratos de riscos.

O seguro é um "negócio incerto", caracterizado por uma concorrência que os prêmios empurram as seguradoras para o desconhecido. A indústria de seguros é um negócio de incerteza, uma vez que está em risco, às noções de quantificação e princípio atuarial cada vez mais se evaporam em um mercado de seguros competitivo, vibrante e amorfo (ILIC; AVDALOVIC; OBADOVIC, 2011).

O risco operacional é cada vez mais importante na governança corporativa e gestão de empresas de seguros, que cada vez mais têm maiores implicações e interações com os outros riscos, tais como riscos de mercado ou de crédito (TORRE-ENCISO; BARROS, 2012).

Além dos riscos de seguros, as companhias de seguros também enfrentam os riscos originários como resultado direto das operações da empresa de seguros. Assim como outras entidades financeiras que operam no mercado financeiro, as empresas de seguros enfrentam um risco de mercado, risco de maturidade e de desfasamento estrutural de ativos e passivos. Além, o risco de depositar e investir os ativos da empresa, e outros riscos decorrentes de operações, tais como operacional, jurídico e risco reputacional (ILIC; AVDALOVIC; OBADOVIC, 2011).

Como resultado, a maioria das seguradoras tem de pagar quantias consideráveis no futuro a seus segurados. A empresa deve possuir uma reserva para cobrir isso, que é baseado em uma avaliação destes passivos de seguros no futuro. Além disso, a companhia de seguros está exposta a vários riscos, para que detenha capital adicional. Como tal, para a avaliação de passivos de seguros, medir e gerenciar os riscos são dois grandes pilares para a execução de uma companhia de seguros com sucesso (PLAT, 2011).

A gestão e análise de risco operacional é uma atividade necessária para as seguradoras, apresentando muitas oportunidades para o desenvolvimento e um importante campo de estudo sobre questões conceituais e práticas, devido à particularidade e complexidade implícita neste tipo de risco (TORRE-ENCISO; BARROS, 2012).

O capital das seguradoras é dividido em requerimento de capital mínimo (MCR) e requerimento de capital de solvência (SCR). O SCR é um nível mais elevado de capital que a empresa deverá normalmente ter. De acordo com o texto aprovado pelo Parlamento Europeu, o requisito de capital mínimo não deverá ser inferior a 25% nem superior a 45% do requisito de capital de solvência (NEVES, 2010).

O estudo de Mango (2007) vai além e destaca que o conceito de risco estratégico (SR) não está bem definido e, portanto, não é bem compreendido. A definição proposta de estratégia é a ciência e a arte de planejamento, usando recursos políticos, econômicos, psicológicos e organizacionais para atingir os principais objetivos organizacionais (MANGO, 2007).

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este estudo se caracteriza quanto aos objetivos como pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos é documental. A população são as 180 seguradoras brasileiras credenciadas na Susep que publicam suas demonstrações financeiras no sítio eletrônico:

(<http://www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coaso/demonstracoes-financeiras-intermediarias-e-anuais-2011>).

A amostra da pesquisa é não aleatória e intencional, os pesquisadores investigaram as 30 maiores seguradoras do Brasil, a base do ranking foi o Ativo Total de cada seguradora no ano de 2011. Optou-se pelo ano de 2011 porque há maior número de seguradoras que publicaram seus demonstrativos financeiros. O Quadro 1 a seguir, demonstra o ranqueamento das empresas pertencentes da amostra da pesquisa e o valor do seu Ativo.

Ranking	Seguradoras	Ativo	Ranking	Seguradoras	Ativo
1.	Bradesco Seg. S.A.	122.962.647	16.	Icatu Seguros SA	5.476.843
2.	Bradesco Vida e Prev. S.A.	97.534.646	17.	MAPFRE Seg. S.A.	5.458.990
3.	Itaú Vida e Previdência S.A.	71.455.482	18.	Bradesco Capit. S.A.	5.265.790
4.	Brasilprev Seg. Prev. S.A.	49.615.717	19.	Sul América Seg. Pessoas e Prev. S.A.	4.293.689
5.	Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A.	24.639.426	20.	Allianz Seg. S.A.	4.291.030
6.	Itaú Seg. S.A.	19.663.776	21.	Cia Seg. Aliança do Brasil S.A.	3.591.806
7.	Caixa Vida e Prev. S.A.	16.978.611	22.	Seg Líder Consórcios DPVAT S.A.	3.138.279
8.	IRB Brasil RE S.A.	9.942.924	23.	Paraná Cia Seg. S.A.	2.912.146
9.	HSBC Vida e Prev. Brasil S.A.	9.691.813	24.	Caixa Capitaliz. S.A.	2.845.440
10.	Porto Seguro Cia Seg. Gerais S.A.	7.012.632	25.	Metropolitan Life Seg. Prev. Priv. S.A.	2.744.039
11.	Cia Itaú de Capitaliz. S.A.	6.953.035	26.	HSBC Seg. Br. S.A.	2.683.438
12.	Bradesco AutoRE Cia Seg. S.A.	6.595.705	27.	Safra Vida Prev. S.A.	2.652.833
13.	Sul América Companhia Nacional Seg. S.A.	5.718.297	28.	Itaú Seg. Auto Residência	2.549.058
14.	BrasilCapCapitaliz. S.A.	5.700.953	29.	HDI Seg. S.A.	2.438.325
15.	Caixa Seg. S.A.	5.592.504	30.	MAPFRE Vida S/A	2.419.399

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 1 – Ranqueamento das empresas pertencentes da amostra da pesquisa e o valor do seu Ativo

Os dados do estudo foram coletados por meio de pesquisa documental das notas explicativas publicadas nos anos de 2011 e 2012, conforme disponibilização de acesso no referido site. Dada à complexidade do tema e das particularidades das informações nas notas explicativas, cada empresa foi analisada individualmente.

Os pesquisadores primeiramente selecionaram os textos das notas explicativas. Este procedimento teve como base a pesquisa por palavras-chave, como exemplo: “Avaliação de riscos”, “Capital mínimo requerido”, “Controles internos”, entre outras.

Após a conclusão da primeira etapa, iniciou-se o processo de enquadramento dos textos selecionados nas 13 Perspectivas do *Solvency II*, baseadas no estudo de Taylor (2012), conforme demonstra o Quadro 2.

Perspectivas	Descrição
1	A avaliação do risco e solvência deve incluir o perfil de risco específico; os limites aprovados de tolerância de risco; a estratégia de negócios da empresa; requisitos relativos às provisões técnicas, conforme previsto no Capítulo VI, Seção 2; requisitos de capital, previstos no Capítulo VI, Seções 4 e 5; e, requisitos de capital de solvência estabelecido no artigo 101, calculado pela fórmula padrão, em conformidade com o Capítulo VI, Seção 4, Subseção 2.
2	Identificação e avaliação correta dos riscos que as empresas enfrentam no curto e longo prazo. As empresas devem demonstrar os métodos utilizados nesta avaliação.

3	A avaliação do risco e solvência deve ser uma parte integrante da estratégia de negócio e deve ser levada em consideração como uma base contínua nas decisões estratégicas da empresa.
4	As empresas devem efetuar frequentemente a avaliação do risco e solvência.
5	As empresas devem informar as autoridades de supervisão dos resultados de cada avaliação do risco e solvência.
6	O requisito de capital de solvência deve ser ajustado somente em conformidade com os artigos 37, 231-233 e 238.
7	A organização da empresa deve conter um sistema de alerta precoce de riscos.
8	Competência e idoneidade das empresas na avaliação do risco e solvência.
9	Auditoria interna na função atuarial.
10	Função da auditoria no diálogo entre a governança e processos de supervisão.
11	Funções dos processos de supervisão: avaliação e revisão de todos os processos para o cumprimento das leis e normas administrativas; acesso e revisão do sistema de governança; avaliação de todos os riscos e a capacidade de avaliação da empresa.
12	Perfil da empresa quanto a apetite ao risco e à tolerância ao risco. Definição de apetite ao risco: quantidade e tipo de risco que a organização está disposta a buscar ou manter. Quantidade e tipo de risco que a organização está preparada para buscar, aceitar ou tolerar.
13	Utilização de controles internos para minimização de riscos.

Fonte: Adaptado de Taylor (2012).

Quadro 2 – Perspectivas *Solvency II*

A terceira fase dá-se por meio da análise de conteúdo dos textos selecionados das notas explicativas e o seu enquadramento nas 13 Perspectivas de Taylor (2012). A natureza da análise dos dados coletados nesta pesquisa é qualitativa. Bardin (1977) relaciona as possibilidades de uso da análise de conteúdo em entrevistas ou depoimentos, escritos em jornais, livros ou textos, como também em imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal e outras expressões culturais.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A AVALIAÇÃO DO RISCO E SOLVÊNCIA

A análise dos dados é inicialmente concebida, Quadro 3, a partir da segunda fase da pesquisa, a qual concebe, conforme Taylor (2012), o enquadramento dos textos selecionados das notas explicativas das seguradoras na Perspectiva I do *Solvency II*.

Perfil de risco específico	Limites de tolerância de risco	Estratégia de negócios	Provisões técnicas	Requisitos capital de solvência
Itaú Vida e Previdência S.A. Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A. Itaú Seg. S.A. Caixa Vida e Prev. S.A. HSBC Vida e Prev. Brasil S.A. Sul América Companhia Nacional Seg. S.A. Brasil Cap Capitaliz. S.A. Caixa Seg. S.A. Icatu Seguros AS Sul América Seg. Pessoas e Prev. S.A.	Bradesco Seg. S.A. Bradesco Vida e Prev. S.A. Brasilprev Seg. Prev. S.A. Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A. Itaú Seg. S.A. Caixa Vida e Prev. S.A. IRB Brasil RE S.A. HSBC Vida e Prev. Brasil S.A. Porto Seguro Cia Seg. Gerais S.A. Cia Itaú de Capitaliz. S.A. Sul América Companhia Nacional	Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A. Caixa Vida e Prev. S.A. Icatu Seguros S.A. MAPFRE Seg. S.A.	Itaú Vida e Previdência S.A. Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A. HSBC Vida e Prev. Brasil S.A. Bradesco AutoRE Cia Seg. S.A. Sul América Companhia Nacional Seg. S.A. Brasil Cap Capitaliz. S.A. Caixa Seg. S.A. Icatu Seguros AS Sul América Seg. Pessoas e Prev. S.A. Cia Seg. Aliança	Bradesco Seg. S.A. Bradesco Vida e Prev. S.A. Brasilprev Seg. Prev. S.A. Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S.A. Itaú Seg. S.A. HSBC Vida e Prev. Brasil S.A. Porto Seguro Cia Seg. Gerais S.A. Bradesco AutoRE Cia Seg. S.A. Brasil Cap Capitaliz. S.A. Caixa Seg. S.A. Icatu Seguros AS Allianz Seg. S.A. Cia Seg. Aliança do

Allianz Seg. S.A. Paraná Cia Seg. S.A.	Seg. S.A. Brasil Cap Capitaliz. S.A. Caixa Seg. S.A. Icatu Seguros AS MAPFRE Seg. S.A. Sul América Seg. Pessoas e Prev. S.A. Allianz Seg. S.A. Cia Seg. Aliança do Brasil S.A. Seg Líder Consórcios DPVAT S.A. Paraná Cia Seg. S.A. Caixa Capitaliz. S.A. Metropolitan Life Seg. Prev. Priv. S.A. HSBC Seg. Br. S.A. Itaú Seg. Auto Residência. HDI Seg. S.A. MAPFRE Vida S.A.		do Brasil S.A. Seg Líder Consórcios DPVAT S.A. Paraná Cia Seg. S.A. Metropolitan Life Seg. Prev. Priv. S.A. Safrá Vida Prev. S.A. Itaú Seg. Auto Residência. HDI Seg. S.A. MAPFRE Vida S.A.	Brasil S.A. Caixa Capitaliz. S.A. Metropolitan Life Seg. Prev. Priv. S.A. Safrá Vida Prev. S.A. Itaú Seg. Auto Residência. HDI Seg. S.A. MAPFRE Vida S.A.
--	--	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 – Enquadramento das Seguradoras na Perspectiva 1

Para melhor compreensão da Perspectiva 1 o Quadro 3 foi estruturado sob cinco subdivisões, perfil de risco específico; limites de tolerância de risco; estratégia de negócios; provisões técnicas; e, requisitos de capital de solvência. A partir desta estrutura, vislumbra-se que doze seguradoras evidenciam em suas notas explicativas o perfil de risco específico. A Zurich Santander Brasil Seg. Prev. S. A. destacou-se neste quesito, a seguir o texto extraído das suas publicações:

São analisados entre outros os seguintes riscos: Risco de Crédito; Risco de Subscrição; Risco Atuarial; Risco de *Compliance*; Risco de Reputação; Risco de Mercado”. No que concerne aos limites de tolerância de risco, a Caixa Capitalização S. A. afirma o seguinte: “A estrutura de limites é estabelecida sobre métricas e limites de risco de mercado. (a) Valor em Risco (VaR – Value at Risk); (b) Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse); e (c) Sensibilidade (DV01 – Delta *Variation Risk*).

Quanto à estratégia de negócios, apenas quatro seguradoras discriminam sua estratégia em relação ao gerenciamento de riscos. A Caixa Vida e Previdência S. A. publica o seguinte:

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*.

Para as provisões técnicas, a seguradora Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S. A. destacou-se em sua publicação: “De acordo com a Administração, as provisões para riscos de crédito são calculadas conforme: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber; e (ii) a provisão para operações a receber”. E, por fim, quanto aos requisitos de capital de solvência, a Bradesco Vida e Previdência S.A., por exemplo, evidenciou da seguinte forma:

[...] acompanha de maneira permanente os limites requeridos (margem de solvência, capital mínimo requerido e capital adicional) pelo respectivo órgão regulador. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência, para aferir a

efetividade dos controles existentes, regularmente aplicados, em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócio e tecnologia.

4.2 MÉTODOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DO RISCO

A Perspectiva 2 é subdividida em identificação e avaliação correta dos riscos; e, métodos utilizados, no âmbito da identificação e avaliação dos riscos. A Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. reporta-se da seguinte forma: “Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o *Var* Paramétrico e o *stress testing*”. Conforme Plat (2011), sobre passivos na base de valor contábil, a exposição da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais:

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguros estão estruturados da seguinte forma: Automóveis particulares e comerciais; Vida sem cobertura por sobrevivência; Seguros patrimoniais, responsabilidade civil e de crédito; Transportes. Para mitigação do risco de taxas de juros gerado a partir das garantias mínimas dos planos tradicionais, a Companhia faz a gestão do fluxo de ativos e passivos ALM – *Asset Liability Management*.

Estas informações convalidam também os achados de Reij (2008), o qual foca a relação entre as técnicas de gestão de risco nas seguradoras holandesas para reduzir o risco da taxa de juros. Este procedimento está de acordo nas premissas do *Solvency II*.

A segunda subdivisão, aquisição e manutenção de ativos para geração de adequado retorno, a Companhia de Seguros Aliança do Brasil e a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., apresentam o seguinte:

Para a projeção do montante dos sinistros futuros referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo, é utilizado modelo estatístico de regressão. E, para a projeção da PPNG futura e das despesas de comercialização diferida futura, é aplicado o diferimento pelo prazo de vigência do risco (COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL). Anualmente, o teste de adequação do passivo é efetuado. Utiliza-se as estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são trazidos a valor presente, conforme determinado pela SUSEP. O monitoramento é feito através do casamento entre ativos e passivos (*Asset and Liability Management*) (METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S. A.).

4.3 AVALIAÇÃO DO RISCO E SOLVÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

A Perspectiva 3 concebe que a avaliação do risco e solvência deve ser uma parte integrante da estratégia de negócio. Em destaque, respectivamente as notas publicadas pela Icatu Seguros S.A. e, MAPFRE Vida S.A. (antiga MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.). “[...] utiliza como metodologia o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o *Enterprise Risk Management* (ERM) que é um processo com foco nos controles internos, executado pela Diretoria de Governança e aplicado na determinação de estratégias por toda a Sociedade”. “O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos”.

4.4 FREQUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DO RISCO

Dentro da Perspectiva 4, as empresas devem efetuar frequentemente a avaliação do risco e solvência, constatou-se dezessete seguradoras que enunciaram a frequência da referida avaliação. No entanto, não se pode afirmar a média de regularidade destas avaliações, em

várias delas indicou-se avaliação anual, como em outras, avaliação até mesmo trimestral. Na sequência, alguns destaques:

Anualmente a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. realiza, além do Teste de Adequação do Passivo (nota 4.1), criteriosas avaliações atuariais de toda a sua carteira vigente para verificar a solvência ou necessidade de reservas complementares. Através das ferramentas de controles SOX, bem como as atividades pertinentes ao Plano de Continuidade aos Negócios, continuam sendo prestadas pelo banco através de um SLA acordado entre as duas companhias (ZURICH SANTANDER BRASIL SEG. PREV. S.A.).

O exposto acima é contrário à afirmação de Plat (2011), onde as seguradoras não se baseiam sobre seus riscos reais para o cálculo do capital de solvência.

A Companhia avalia trimestralmente os seus riscos e a sua infraestrutura de controles internos é formada por Comitês que avaliam todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez, operacional e legal), define os limites de tolerância e elabora planos de mitigação entre outras atribuições. Em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology* (BRADESCO SEGUROS S.A.).

4.5 COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO

De acordo com a Perspectiva 5, apenas as seguradoras Caixa Seguradora S.A.; e, Safra Vida e Previdência S.A., declaram em suas notas explicativas, a informação da comunicação às autoridades de supervisão dos resultados de cada avaliação do risco e solvência. Entretanto, entende-se que todas as seguradoras cadastradas na SUSEP informam as autoridades competentes, caso contrário estariam em processo de intervenção.

4.6 REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

O requisito de capital de solvência deve ser ajustado em conformidade com os artigos 37, 231-233 e 238, Perspectiva 6 desta pesquisa. Apenas dezesseis seguradoras apresentam nas notas explicativas de 2011 e 2012, detalhes sobre o requisito de capital de solvência de acordo com os artigos 37, 231-233 e 238 e regulamentos da SUSEP definido na Resolução CNSP nº 8 de 1989, com seu Art. 2º sendo alterado pela Resolução CNSP nº 055 de 2001. A seguir, a exposição da Bradesco Seguros S.A.:

No que se refere à solvência, o Grupo está em *compliance* com o disposto nas Resoluções nos 222/10, 227/10 e 228/10, do CNSP, e com o disposto na Resolução Normativa no 246/11, da Agência Nacional de Saúde. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e SUSEP, utilizando as tabelas de fatores suavizadas em função de possuir modelo interno. A Companhia avalia trimestralmente os seus riscos e a sua infraestrutura de controles internos é formada por Comitês que avaliam todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez, operacional e legal), define os limites de tolerância e elabora planos de mitigação entre outras atribuições. Em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO e o COBIT.

E, Itaú Seguros S.A., evidencia os fatores de risco e solvência, no entanto adicionam a informação que é parte integrante de um conglomerado econômico financeiro:

No Itaú Unibanco Holding S.A. os fatores de risco e solvência são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da ITAÚ VIDA, subsidiária integral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, são parte integrante da Carteira Trading ou Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II.

4.7 SISTEMA DE ALERTA PRECOCE DE RISCOS

De acordo com a Perspectiva 7, apenas duas seguradoras Bradesco Vida e Prev. S.A. e, MAPFRE Vida S.A. apregoam estar em conformidade com a Perspectiva de que a organização da empresa deve conter um sistema de alerta precoce de riscos. Um sistema de alerta que serve para intervenções dos supervisores. A MAPFRE Vida S.A. (antiga MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.) revela o seguinte: “adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, as operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk*”.

4.8 COMPETÊNCIA E IDONEIDADE

A Perspectiva 8 sobre a competência e idoneidade das empresas na avaliação do risco e solvência. As seguradoras explicitam de diferentes formas a sua competência e idoneidade na avaliação dos riscos. Como destaque, a Seguradora Líder - DPVAT: “[...] possui uma estrutura de *compliance* e a figura dos agentes de *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação”. A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. tem a seguinte estrutura:

Possui um comitê que desenvolve suas atividades com base em plano de trabalho do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas aos gestores; (ii) acompanhamento e monitoração dos trabalhos, controles internos, gestão de riscos e função de *compliance*; (iii) avaliação do escopo e desempenho da auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, *compliance* e de gerenciamento de riscos.

4.9 AUDITORIA INTERNA NA FUNÇÃO ATUARIAL

Na Perspectiva 9, as seguradoras precisam dispor de auditoria interna na função atuarial. A seguradora MAPFRE Vida SA (antiga MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.) revela:

Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, adiante designado apenas Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

4.10 AUDITORIA NO DIÁLOGO ENTRE A GOVERNANÇA E A SUPERVISÃO

A Perspectiva 10 concebe a função da auditoria no diálogo entre a governança e processos de supervisão. A Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e Bradesco Vida e Previdência S.A. têm as seguintes afirmações, respectivamente: “o Comitê de Auditoria, desde a sua instalação, realiza reuniões mensais com diversas áreas operacionais da Companhia, incluindo a Diretoria, Auditoria Interna e Controles Internos, bem como com os Auditores Externos e com o Conselho Fiscal”. “O grupo possui Comitês formalmente instituídos que suportam as operações e conferem transparência na busca constante dos mais elevados padrões de integridade e comportamento ético”.

4.11 FUNÇÕES DOS PROCESSOS DE SUPERVISÃO

A Perspectiva 11 é subdividida em: (i) Funções dos processos de supervisão: avaliação e revisão de todos os processos para o cumprimento das leis e normas administrativas; (ii) acesso e revisão do sistema de governança; e por fim, (iii) avaliação de todos os riscos e a

capacidade de avaliação da empresa. A Bradesco Capitalização S.A. se destaca com enquadramento nas três subdivisões:

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação da Governança Corporativa desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez, Legal e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Risco.

E quanto à capacidade de avaliação da empresa, destaca-se: “O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos, Auditoria Interna e *Compliance*” (ALLIANZ SEGURADORA S.A.).

4.12 APETITE AO RISCO

A Perspectiva 12 é estruturada a partir de três subdivisões (i) perfil da empresa quanto à apetite ao risco e à tolerância ao risco; (ii) definição de apetite ao risco: quantidade e tipo de risco que a organização está disposta a buscar ou manter; e, (iii) quantidade e tipo de risco que a organização está preparada para buscar, aceitar ou tolerar.

A partir disso, onze seguradoras evidenciam o seu perfil quanto a apetite e tolerância ao risco. A Bradesco Seguros S.A. se sobressai com o seguinte texto: “A Companhia avalia trimestralmente os seus riscos e a sua infraestrutura de controles internos é formada por Comitês que avaliam todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez, operacional e legal), define os limites de tolerância e elabora planos de mitigação, em conformidade com o COSO e COBIT”. Isso corrobora com o estudo de Reij (2008) o qual menciona o risco operacional como um componente representativo do *Solvency Capital Requirement (SCR)*.

No que diz respeito à definição de apetite ao risco, quantidade e tipo de risco que a organização está disposta a buscar ou manter, a Companhia de Seguros Aliança do Brasil, assegura o seguinte: “a política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)* e aprovados pelo Conselho de Administração. Diariamente a Gerência Financeira acompanha o resultado do VAR”. Esta afirmação corrobora com Chan (2010), baseado no novo acordo da Basileia, que introduziu metodologias de apuração da necessidade mínima de capital mais sensível ao risco.

A quantidade e tipo de risco que a organização está preparada para buscar, aceitar ou tolerar, faz-se notar a seguradora Safra Vida e Previdência S.A. com a seguinte nota explicativa:

A Companhia opera exclusivamente com o IRB-Brasil Resseguros. Este ressegurador possui um *rating* A (excelente) na avaliação de risco do segmento de seguros. Os tipos de contrato existentes compreendem basicamente excedente de responsabilidade conjugado com quota-parte. A Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações.

4.13 CONTROLES INTERNOS PARA A MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

Por fim, a utilização de controles internos para minimização de riscos, conforme Perspectiva 13. A maioria das seguradoras evidenciam a utilização de controles internos na mitigação dos riscos. A Bradesco Seguros S.A é uma das seguradoras que expressam com maior detalhamento o cumprimento desta perspectiva: “os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes,

regularmente aplicados, em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO e o COBIT”.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como principal constatação, a qual é corroborada por Deighton et al. (2009), que embora haja uma crescente conscientização das partes interessadas na governança e gestão de risco das seguradoras brasileiras, ainda é necessário ser melhorada.

Quanto às informações de avaliação do risco e solvência, identificou-se que foram evidenciadas de forma bastante limitada, as quais cumprem de certa forma as exigências da SUSEP. Poucas empresas detalharam o perfil de risco específico, os limites de tolerância de risco, bem como explicações acerca das provisões técnicas.

No âmbito da Perspectiva 2, de forma geral, as seguradoras explicitam os métodos utilizados de avaliação de riscos, os métodos mais citados foram o VAR e o *Stress Testing*. Quanto à avaliação do risco e solvência como parte integrante da estratégia de negócio, apenas catorze seguradoras publicaram informações de tal prática. Quanto à frequência da avaliação do risco, algumas seguradoras avaliam anualmente, outras trimestralmente.

No que diz respeito à Perspectiva 5, apenas as seguradoras Caixa Seguradora S.A. e, Safra Vida e Previdência S.A. declaram que os resultados de cada avaliação do risco e solvência são comunicados às autoridades de supervisão. Entretanto, entende-se que todas as seguradoras cadastradas na SUSEP informam as autoridades competentes, caso contrário estariam em processo de intervenção.

Dentro da Perspectiva 6, dezesseis seguradoras divulgam informações detalhadas sobre o requisito mínimo de capital de solvência. Apenas duas seguradoras Bradesco Vida e Prev. S.A. e Mapfre Vida S.A. possuem sistema de alerta de riscos. Quanto à competência e idoneidade, cabe ressaltar a limitação da análise por ser de natureza subjetiva, apenas sete seguradoras divulgaram de forma clara a solidez dos controles internos como mecanismos de mitigação de riscos. Apenas sete seguradoras afirmaram que a auditoria interna é responsável por cálculos atuariais. A auditoria no diálogo entre a governança e a supervisão foi mencionada por dez seguradoras.

Na Perspectiva 11, percebe-se que a maioria das seguradoras possui algum tipo de supervisão no processo de avaliação de riscos. Apenas onze seguradoras evidenciam o seu perfil quanto a apetite ou tolerância ao risco. E por fim, os controles internos utilizados para a minimização de riscos, mesmo com a regulamentação internacional do *Solvency II*, nem todas as seguradoras divulgam o papel ou a existência de seus controles internos.

Ressalta-se ainda, corroborando com Ilic, Avdalovic, Obadovic (2011), em nenhum momento observou-se a preocupação das seguradoras quanto à avaliação equivocada do risco de seguro. Outra constatação advém do estudo Vavrova (2012), a qual afirmou que as seguradoras checas detêm mais capital do que o exigido pelo *Solvency II*, e têm recursos suficientes para obrigações futuras. Na presente pesquisa não foi calculado o capital mínimo requerido na base do *Solvency II*. No entanto, nenhuma seguradora pesquisada demonstrou dificuldades quanto aos limites de capital mínimo requerido.

REFERÊNCIAS

BADEA, D. G.; NOVAC, L. E. Risk management – to become or should become a competitive advantage for the Romanian insurance companies. **The Bucharest Academy of Economic Studies**. 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

CHAN, L. B. Risco de subscrição frente às regras de solvência do mercado segurador brasileiro. **Tese (doutorado) USP**. São Paulo, 2010.

COSO, Committee of Sponsoring organizations of the Treadway Commission. Disponível em: <http://www.coso.org/-erm.htm>. Acesso em: 21 abr 2013.

COSO, Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada. Enterprise Risk Management Integrated Framework. New York: COSO, 2004. Disponível em: http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf. Acesso em 20 fev 2013.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. Enterprise risk management integrated framework. New York: COSO, 2004. Disponível em: <http://www.theiia.org/download.cfm?file=9229>>. Acesso em: 23 fev 2013.

DEIGHTON, S. P.; DIX, R. C.; GRAHAM, J. R.; SKINNER, J. M. E. Governance and risk management in united kingdom insurance companies. **Institute of Actuaries and Faculty of Actuaries**. 2009.

IAIS. **International Association of Insurance Supervisors**. 2012. Disponível em: <http://www.iaisweb.org/Home-2>. Acesso em 21 mar 2013.

ILIC, M. M; AVDALOVIC, V.; OBADOVIC M. D. Development of model for insurance risk management and its application to insurance companies operating in the Serbian market. **Journal of Business Management and Economics** Vol. 2(6). pp. 223-228, December, 2011.

MANGO, D. An Introduction to insurer strategic risk topic 1: risk management of an insurance enterprise. Guy Carpenter & Co., LLC 44 Whippany Road Morristown, NJ 07960 USA. 2007.

MARTINS, A. P. da S. C. **Análise de pressupostos para definição de um modelo interno no âmbito da Solvência II**. 2009. 114 f. Dissertação (Matemática e Aplicações) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, FCT, Lisboa, 2009.

NEVES, C. da R. **Solvência II no mercado brasileiro de seguros**: requerimento de capital de solvência. SUSEP. 2010. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/>. Acesso em 10 mar. 2013.

PLAT, R. **Essays on valuation and risk management for insurers**. Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=1706027>. 2010

REIJ, N. F.S. V. **Managing market risks for Dutch insurers**. A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science in Quantitative Finance and Actuarial Science, Faculty of Economics and Business Administration Tilburg University, 2008.

TAYLOR, P. ORSA for dummies: ORSA – the heart of Solvency II. Institute of Risk Management Solvency II Group. University of Oxford. Apr. 2012.

TORRE-ENCISO, M. I. M.; BARROS, R. H. Operational risk management for insurers. **International Business Research**; Vol. 6, No. 1; 2013 ISSN 1913-9004 E-ISSN 1913-9012. 2012.

VAVROVA, E.; SLOVA, K. Insurance conditions for environmental liability. 2012.

WOLFERT. <http://itweb.com.br/voce-informa>. 2011.